

DIVERSIDADE SEXUAL: UMA ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS DE CIÊNCIA

ALINE MURAS DE OLIVEIRA PINO

Mestra em Serviço Social e Direitos Sociais pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, alinemuraspino@gmail.com;

JORDAN CARLOS COUTINHO DA SILVA

Especialista no Ensino de Ciências pela Faculdade Venda Nova do Imigrante – FAVENI, jordan-coutinho1@gmail.com;

RAYANE LOURENÇO DE OLIVEIRA

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN, rayanelou.10@gmail.com;

RESUMO

O artigo em tela tem como objetivo avaliar a abordagem do tema “diversidade sexual” em Livros Didáticos (LDs) do 8º ano do Ensino Fundamental dos Anos Finais da Educação Básica e documentos que regem a educação. Uma vez que são múltiplos os preconceitos sofridos pela comunidade de jovens Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transsexuais (LGBT) em diversas áreas do seu cotidiano, inclusive na escola. Atualmente são inúmeras as tentativas de retirada de direitos dessa comunidade, como o fato de não mencionar os termos Gênero e Orientação sexual no Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014, ou o presente esforço da “Escola sem Partido”, que tenta ainda mais inviabilizar essa discussão no ambiente escolar. É fato que para muitos professores os LDs são a principal ferramenta para elaboração das aulas, como o mesmo também costuma ser a única fonte de pesquisa dos alunos. É percebido que apesar da omissão dos termos em questão no PNE, outros documentos base ressaltam a importância do respeito e de se abordar esse tema como forma de prevenir e/ou diminuir o preconceito. É notado também que, ainda timidamente, a maioria dos livros conseguem trazer o assunto de alguma forma, possibilitando ao professor o diálogo sobre o conteúdo na sala de aula, contribuindo no processo de ensino-aprendizagem para a formação de cidadãos mais empáticos, críticos, reflexivos e participativos.

Palavras-chave: Diversidade sexual, LGBTfobia, Livro didático.

INTRODUÇÃO

Adolescentes e jovens Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais (LGBT) desenvolvem (ou pelos menos deveriam) suas vidas cotidianas também a partir das vivências em espaços educacionais. A escola, então é permeada por essas experiências cotidianas, como assumir ou “esconder” sua sexualidade/orientação sexual, negação de direitos, situações de opressão e preconceito, LGBTfobia¹. (PINO, 2017). Tendo que equilibrar, além dessas pressões externas, a construção do seu “eu” como cidadão(ã), do seu conhecimento científico, crítico, reflexivo e participativo, mantendo sua estabilidade emocional. Sem citar outros preconceitos que esses(as) jovens podem sofrer envolvendo questões de raça, religião, gênero, cultura e classe social, que não serão discutidos nesse artigo.

Ainda segundo Pino (2017, p. 37-38) “inúmeras vezes, na escola, na família, em grupos religiosos ou em outros ambientes da vida social os/as jovens LGBT não encontram possibilidades *de ser*, esbarram na discriminação castradora das desigualdades.” Outros trabalhos também abordam situações vivenciadas por essa comunidade no ambiente escolar, dentre eles: Albuquerque e Williams (2015), Prado e Valério (2018) Braga, Machado e Oliveira (2018), Gomes et. al. (2017), Santos e Lage (2018), Martins et. al. (2020). Como diz Calixto e França (2016, p. 2):

De acordo com o Relatório realizado pela Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – (ABGLT) que entrevistou adolescentes e jovens LGBTs, notou-se que 68% já foram agredidos/as verbalmente na escola por causa de sua identidade/expressão de gênero. 25% foram agredidos/as fisicamente na escola por causa de sua identidade/expressão de gênero. 56% dos/das estudantes LGBT foram assediados/as sexualmente na escola. Diante dessa realidade, os movimentos LGBTs vêm reivindicando junto ao Estado políticas públicas de enfrentamento a LGBTfobia, em especial no ambiente escolar, no qual o jovem LGBT amarga as primeiras situações de preconceito fora do espaço familiar e da comunidade em que está inserido, que pode se tornar a causa de vários danos, entre eles, afetar diretamente os processos de aprendizagem quanto no convívio social.

1 LGBTfobia: significa o ódio proliferado contra toda e qualquer pessoa que não se adeque aos padrões heterossexuais impostos pela sociedade marxista e patriarcal”. (ACIOLI, 2019)

Situações essas que não deveriam mais ocorrer na atualidade, uma vez que temos respaldos em vários documentos da educação, partindo da Constituição Federal de 1988 que declara a educação como um direito de todos e todas, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB) que reconhece o “respeito à liberdade e à tolerância”.

Tanto no Brasil, como no mundo estava em curso um crescimento a respeito dos direitos e reconhecimento da comunidade LGBT, como por exemplo a criação de uma agenda anti-homofobia no governo Lula (2003-2011). Foi elaborado o Programa Brasil sem Homofobia em 2004 pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) em 2014, o que proporcionou a inserção desses temas antes excluídos na agenda do Ministério da Educação (MEC). (Monaco, 2018).

Esses avanços inflamaram os discursos de ódio das bancadas religiosas e conservadoras do Congresso, culminando no veto de um importante aliado a LGBTfobia - o Kit de Combate à Homofobia, produzido pelo Ministério da Educação e Ministério da Saúde em decorrência do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, chamado de “Kit gay” nas últimas eleições presidenciais. (Monaco, 2018).

Além da aprovação da lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que sancionou o Plano Nacional de Educação (PNE), extinguindo qualquer menção aos termos gênero, orientação sexual e diversidade sexual. (PINO, 2017). Pretendendo com tudo, um afastamento dos movimentos feministas e LGBT da discussão educacional e de políticas públicas, sendo conceituada (pela bancada do congresso mencionada antes) essa discussão como “ideologia de gênero”, o que não seria permitido pelo projeto de lei (PL) nº 867, de 23 de maio de 2015 que almeja incluir na LDB o projeto “Escola sem Partido”.

São vários os desmontes de direitos ocorridos nos últimos anos, dos ataques à democracia e repressão explícita às minorias, assunto muito bem abordado e atualizado em Medeiros (2019), em que relata a “necropolítica” em tempos pró-Bolsonaro. Pino (2017, p. 13-14) cita alguns projetos de lei, dispositivos legais que atingem diretamente a comunidade LGBT:

O PL, nº 7.382, de 25 de maio de 2010, o qual pretende penalizar a “discriminação” contra heterossexuais; PL nº 1.672, de 28 de junho de 2011, que objetiva instituir o “Dia do Orgulho Heterossexual”; e o PL nº 6.583, de 16 de outubro de 2013, conhecido como “Estatuto da Família”, que reduz o conceito de família para “união entre um homem e uma mulher, por meio de casamento e união estável”. [...] e o PL nº 867, de 23

de maio de 2015, que tenciona incluir na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) o projeto “Escola sem Partido”, cuja proposição é vedar a prática em sala de aula da “doutrinação política ideológica”.

Acontece que a discussão da temática sobre diversidade sexual ainda é vista como um tabu, ou algo irrelevante. Segundo Silva (2019) e Souza (2008), que analisam como ocorre o debate sobre gênero e sexualidade na formação de professores(as) de biologia, são poucos os(as) profissionais que afirmam ter estudado sobre a temática na graduação e que se sentem preparados para trabalhar essas questões de educação sexual na escola, o que causa problemas, uma vez que recai mais fortemente sobre os(as) professores de biologia e ciências trazer esse diálogo sobre sexualidade para a escola.

Ademais, sabendo que o Livro Didático (LD) ainda é o meio mais utilizado por professores(as) para a coordenação de suas aulas, e por vezes o único meio de pesquisa e conexão com o conhecimento científico na ausência do(a) professor(a) e estudantes da escola pública. (SOUZA e COAN, 2013), é imprescindível a sua avaliação. Gérard e Roegiers (1998, p. 19) citado por Frison et al. (2009), definem o LD como “um instrumento impresso, intencionalmente estruturado para se inscrever num processo de aprendizagem, com o fim de lhe melhorar a eficácia”.

A discussão sobre o livro didático na agenda do governo brasileiro tem início em 1938, através do Decreto-Lei nº 1.006, de 30/12/38 a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) que institui a primeira política de legislação para se debater a produção, controle e a circulação dos livros didáticos. Seguido de outros programas como o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM) e o Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA). (SILVA, OLIVEIRA E LIMA FILHO, 2019). Esses programas têm o intuito de promover a gratuidade e qualidade dos LDs nas escolas das redes federal, estadual, municipal e às entidades parceiras do programa Brasil Alfabetizado (Canhete, p. 27, 2011).

Além dos valores que são gastos pelo Estado na produção e distribuição desses livros didáticos, professores devem ser bastante criteriosos em suas escolhas visando o alunado, pois como afirma Yano (2005, p. 70)

Se o livro didático for sua única fonte de informações e consulta, e não for questionado, somente acatado, com todas as instruções e facilidades, como, por exemplo, as respostas

prontas dos exercícios, podemos reservar para [o professor] o papel de consumidor e não o de analista crítico ou construtor.

Dentre as pesquisas que vão fazer uma análise da sexualidade abordada nos livros didáticos, estão Rios e Santos (2008) que estudam diretamente o PNLD, Gonçalves, Pinto e Borges (2013), Souza e Coan (2013), Monaco (2018) e Bandeira e Veloso (2019), esses já avaliam diretamente os LDs, partindo do pensamento de qual livro utilizado é o livro didático no cotidiano escolar.

Neste sentido, o presente artigo pretende fazer um levantamento de como ocorre a abordagem do tema “dimensão da sexualidade humana” nos documentos que regulamentam a educação e livros didáticos de ciências do ensino fundamental nos anos finais, especificamente nos livros de 8º ano do PNLD de 2020. Buscando também identificar até que ponto a lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, conseguiu interferir na discussão desse tema na sala de aula através do LD.

METODOLOGIA

Esse trabalho tem como base analisar como é abordado o tema dimensões da sexualidade humana em dez (10) livros didáticos do 8º ano de ciências da natureza do PNLD de 2020, segundo a metodologia de Vasconcelos e Souto (2003), além de Bandeira, Stange e Santos (2012), Rosa, Ribas e Barazzutti (2012) que tratam desse panorama de avaliação dos livros didáticos. Além dos critérios abordados pelos(as) autores(as), é feita uma análise baseando-se em conhecimentos considerados necessários para se trabalhar o assunto dimensões da sexualidade humana, tais como: sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual.

Tendo como fundamentos os conceitos de Carrara (2009, p. 118), entende-se que sexo biológico relaciona-se aos “corpos, capacidades reprodutivas, diferenças fisiológicas entre homens e mulheres”, Identidade de gênero aos “modos de ser masculino ou feminino, senso de pertencer a um ou a outro gênero” e orientação sexual aos “focos de sentimentos, atração, desejos e fantasias, apegos emocionais, vínculos interpessoais, relacionamentos fundamentais”.

Partindo de um cunho qualitativo, definido por Assis (2014, p. 20) como “uma pesquisa descritiva, cujas informações não são quantificáveis; os dados obtidos são analisados indutivamente; a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são baseadas nas bibliografias estudadas”. De

caráter bibliográfico, definido por Assis (2014, p. 19) como sendo a análise de “fontes secundárias: livros e outros documentos bibliográficos [...] a pesquisa bibliográfica pode ser um trabalho independente ou constituir-se no passo inicial de outra pesquisa”, a partir do momento que me fundamento em artigos científicos já desenvolvidos e nos próprios livros avaliados, que podem ser observados no quadro 1.

Quadro 1- Livros os quais foram utilizados

Araribá mais: ciências : organizadora Editora Moderna: obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna: Maíra Rosa Carnevalle. – 1. ed.- São Paulo: Moderna, 2018.
CANTO, Eduardo Leite do; CANTO, Laura Colleto. Ciências naturais : aprendendo com o cotidiano: manual do professor. – 6. ed. – São Paulo: Moderna, 2018.
CATANI, André; KILLNER, Gustavo Isaac; AGUILAR, João Batista. Geração alpha ciências : ensino fundamental: anos finais: 8º ano. – 2. ed. – São Paulo: Edições SM, 2018.
GEWANDSZNAJDER, Fernando; PACCA, Helena. Teláris ciências , 8º ano: ensino fundamental: anos finais. – 3. ed. – São Paulo: Ática, 2018.
GODOY, Leandro Pereira de. Ciências vida & universo : 8º ano: ensino fundamental: anos finais. – 1. ed. – São Paulo: FTD, 2018.
HIRANAKA, Roberta Aparecida Bueno; HORTENCIO, Thiago Macedo de Abreu. Inspire ciências : 8º ano: ensino fundamental: anos finais. – 1. ed. – São Paulo: FTD, 2018.
LOPES, Sônia; AUDINO, Jorge. Inovar ciências da natureza , 8º ano: ensino fundamental: anos finais. – 1. ed. – São Paulo: Saraiva, 2018.
PEREIRA, Ana Maria. et al. Apoema : ciências / 8. – 1. ed. – São Paulo: Editora do Brasil, 2018.
THOMPSON, Miguel; RIOS, Eloci Peres. Observatório de ciências . – 3. ed. – São Paulo: Moderna, 2018.
USBERCO. et al. Companhia das ciências : 8º ano: ensino fundamental: anos finais. – 5. ed. – São Paulo: Saraiva, 2018.

Fonte: elaborada pelos autores, 2021.

Os critérios utilizados para a análise foram: conteúdos teóricos, recursos visuais, atividades propostas e recursos adicionais. Analisando a forma que esses se encontram no LD, com relação a sua coerência, veracidade e

atualização de informações e ilustrações, sua contextualização, assim como sua presença ou ausência no livro. Do mesmo modo se estão de acordo com o que rege os documentos que norteiam a educação, por consequência o livro didático: LDB, Diretrizes Nacionais da Educação Básica, PCNs, Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Documento curricular do RN.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Analisando os documentos que regem a educação no Brasil e consequentemente o livro didático, percebe-se que mesmo com a aprovação da lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE) não trazendo nenhuma menção aos termos gênero, diversidade sexual ou orientação sexual, outros documentos os abordam, propiciando assim a discussão do assunto em sala de aula que é relevante à formação de um(a) cidadão(ã), a fim de contribuir para a desnaturalização dos preconceitos que dão base a LGBTfobia e misoginia.

Dentre os documentos partimos da Constituição Federal de 1988 que declara a educação como um direito de todos e todas, a LDB de 1996 que diz em seu Art. 3º, os princípios para o desenvolvimento do ensino, sendo:

I- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II-liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas; IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

Em ordem decrescente de documentos que regulamentam a educação, vem as Diretrizes Comum Curricular quando diz ser a respeito do Ensino Básico (2010, p. 16) “inadiável trazer para o debate os princípios e as práticas de um processo de inclusão social, que garanta o acesso e considere a diversidade humana, social, cultural, econômica dos grupos historicamente excluídos.” Assim como, a resolução CNE/CEB nº 7, de 14 de dezembro de 2010, a qual fixa diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental de 9 (nove) anos, manifestando no seu Art, 16 que,

Os componentes curriculares e as áreas de conhecimento devem articular em seus conteúdos, a partir das possibilidades abertas pelos seus referenciais, a abordagem de temas abrangentes e contemporâneos que afetam a vida humana em escala global, regional e local, bem como na

esfera individual. Temas como saúde, sexualidade e gênero, vida familiar e social, assim como os direitos das crianças e adolescentes, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), preservação do meio ambiente, nos termos da política nacional de educação ambiental (Lei nº 9.795/99), educação para o consumo, educação fiscal, trabalho, ciência e tecnologia, e diversidade cultural devem permear o desenvolvimento dos conteúdos da base nacional comum e da parte diversificada do currículo. (2010, p.134)

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais de Ciências Naturais a respeito de estudos relacionados à sexualidade, tais informações devem ser bem claras e objetivas, na intenção de combater “preconceitos que atrapalham o desenvolvimento e valorizando o respeito ao próprio corpo, às vontades e às dúvidas, bem como o respeito ao corpo e aos sentimentos dos parceiros, na perspectiva do respeito mútuo e da convivência solidária.” (1998, p. 106). Igualmente como é tratado nos Parâmetros Curriculares Nacionais no Tema Transversal de Orientação Sexual, em que se traz a necessidade de reflexão a fim de se opor “aos estereótipos de gênero, raça, nacionalidade, cultura e classe social ligados à sexualidade. Implica, portanto, colocar-se contra as discriminações associadas a expressões da sexualidade, como a atração homo ou bissexual”. (2000, p. 316).

Da mesma forma o tema se faz presente em documentos mais atuais como na BNCC e no Documento curricular do RN, na habilidade EF08CI11 que diz ser necessário aos alunos do 8º ano do ensino fundamental anos finais na disciplina de ciências da natureza “Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética)” (BRASIL, 2018; RIO GRANDE DO NORTE, 2018).

Por fim, todos esses documentos guiam até o PNLD que tem como critério para a escolha dos livros, a ausência de

estereótipos ou preconceitos de condição socioeconômica, regional, étnico-racial, de gênero, de orientação sexual, de idade, de linguagem, religioso, de condição de deficiência, assim como de qualquer outra forma de discriminação, violência ou violação de direitos humanos. (BRASIL, 2019, p. 11).

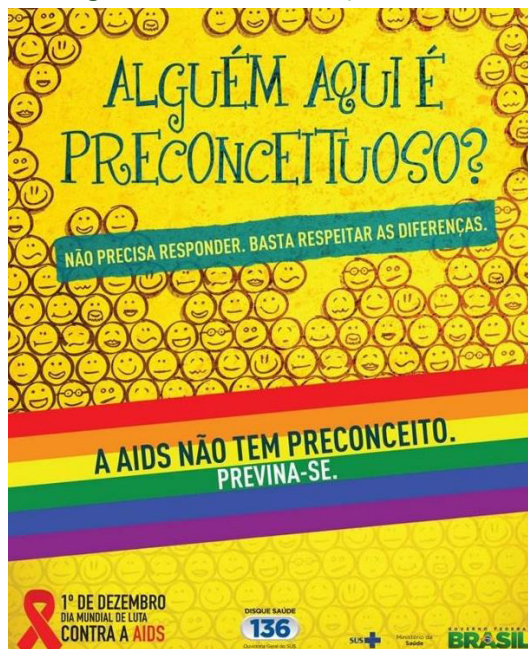
Percebe-se assim que em todos esses documentos regulamentadores, se encontra a necessidade de desenvolver empatia e respeito pelo(a) outro(a), proporcionando assim aberturas para que os(as) professores(as) abordem esse tema em sala de aula. Observando assim que a retirada dos termos gênero e diversidade sexual do PNE não impossibilita os(as) professores(as)

de discutir esses assuntos em sala, do contrário, vemos que educadores(as) detêm vários documentos para se sentirem amparados(as) e seguros(as), ou seja, lhe permitindo mais autonomia no processo de ensino-aprendizagem, para poder auxiliar em um melhor processo de construção de um(a) cidadão(ã) mais empático(a) e consciente de si e do(a) próximo(a). Entendendo essa autonomia como sendo

a capacidade que o sujeito durante seu processo de desenvolvimento e por meio das relações estabelecidas com os outros, no contexto em que está inserido, vai adquirindo para formular suas próprias leis. Ele deve agir com responsabilidade, tomar decisões de forma consciente e crítica, nunca se esquecendo que terá que responder por seus atos. Ele é consciente das influências externas presentes, mas sabe que, a partir delas, poderá exercer sua própria influência e decidir se irá cumprir ou não as determinações colocadas. (PETRONI, 2008, p. 58)

Nos livros didáticos, entretanto, não são todos os que se encaixam nos parâmetros de análise, que abordam o tema de forma contextualizada, atualizada, clara e sem estereótipos ou tabus. Dentre eles, o que se notou mais inadequado foi o de Canto e Canto (2018), que não traz nenhuma menção as questões da sexualidade humana, relacionado a Identidade de gênero, Orientação sexual e Sexo biológico, deixando o tratamento do assunto relacionado aos órgãos genitais, esquecendo as questões que abordam construções sociais, históricas, culturais e psicológicas que permeiam o tema. Porém, talvez a tentativa dos autores, de não propagar preconceitos, e trazer um pouco da discussão de sexualidade no livro não tenha sido da melhor forma, como observado na figura 1.

Figura 1 – Cartaz contra preconceito



Fonte: Canto e Canto (2018, p. 179)

A imagem é tratada no livro onde se discute a respeito das Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), com as cores do arco-íris que representa o movimento LGBT, o que acaba que por fazer uma associação, entre o movimento e a doença, mesmo que a sua intenção seja a de não haver preconceito, uma vez que por vários anos a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) foi correlacionada à população gay. A mesma imagem é vista também no livro de Pereira (2018, p. 75), não que seja errada a utilização da imagem por parte dos livros, no entanto, cabe deixar claro no texto que no início do surgimento do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) que gera a AIDS, essa enfermidade foi estereotipada, tendo gerado a informação errônea que sua ocorrência fosse de exclusividade da comunidade gay, sendo o público tido como o único transmissor, visto como um “castigo de Deus” pelo “pecado de sodomia”², contudo, mostrando o que diz a ciência sobre a doença, desmistificando esse preconceito. Tendo essa introdução e

2 Todo e qualquer ato sexual que não tivesse como fim a procriação era tido por sodomia, sendo um pecado frente a Deus. (PRESTES e VIANNA, 2007, p. 317)

havendo menção no texto à imagem, sua presença seria mais bem aproveitada no momento de ensino-aprendizagem.

Mesmo trazendo essa figura descontextualizada, Pereira (2018) ainda consegue abordar o assunto, mesmo que de forma simplista, citando o significado do termo orientação sexual (sem usar termos específicos como homossexualidade/lesbianidade, heterossexualidade e bissexualidade) e mostrando ser necessário o respeito as diferenças. Consegue trabalhar também sobre o papel da mulher na sociedade, relacionando à questão de gênero, chegando a citar sobre sociedades matriarcais, mas esquecendo os/as transsexuais.

Isso também é observado em Hiranaka e Hortencio (2018), que não traz a questão de orientação sexual e identidade de gênero, abordam somente em um pequeno texto, em forma de poema, acerca da relevância do respeito e empatia para com as diferenças. A obra didática traz uma reflexão sobre o termo sexualidade e o respeito à igualdade de gênero, relacionado ao papel da mulher, só que não de uma forma diretamente ligada ao texto principal do assunto. Sendo incluído em dois pontos do livro que são “vamos verificar” (aborda a igualdade de gênero) e “mergulhando no assunto” (atividade refletindo os papéis sociais ligados aos gêneros), porém não trazendo a questão das lutas das mulheres trans. Contudo, o livro traz como proposta de projeto a ser desenvolvido o tema “sexo, sexualidade e escola” como um complemento aos assuntos do livro. O projeto é bem elaborado, dá indicações de textos para alunos(as) e professores(as), além de toda a explicação para o desenvolvimento do mesmo, porém isso não o exime da necessidade de se discutir o tema dentro do livro de forma clara e objetiva, sem tabus.

Do mesmo modo Thompson e Rios (2018), citam a definição de sexualidade baseada na Organização Mundial de Saúde (OMS), mas não discute no corpo principal do texto sobre questões de gênero e orientação sexual, colocam apenas como uma nota de lembrete (orientação) no manual do professor, dando uma indicação de como discutir o assunto, além da sugestão de um livro (RIBEIRO, Marcos. Adolescente: um bate-papo sobre sexo. São Paulo: Moderna, 2008.) que aborda o tema de forma mais completa, como homossexualidade. Além da indicação da leitura, esse LD chega a trabalhar o tema sexualidade em duas questões, mas algo bem superficial, relacionado apenas ao conceito de sexualidade da OMS.

Gewandsznajder e Pacca (2018), no que diz respeito ao tema sexualidade, faz a abordagem de forma bastante resumida, falando sobre a diversidade sexual e respeito a igualdade de gênero, porém não citando a

bissexualidade como uma das orientações sexuais, assim como a transexualidade (identidade de gênero).

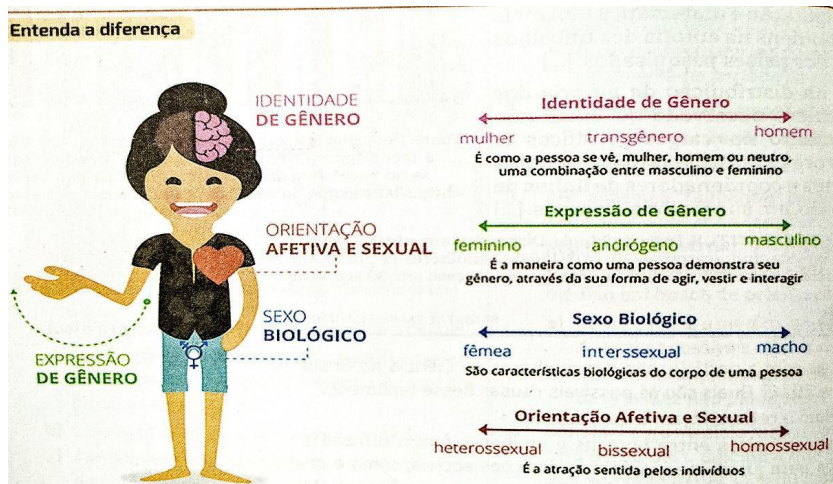
Igualmente é notado em Godoy (2018), só que trazendo o assunto de forma mais bem trabalhada, com imagens (contra a homofobia) e atividades acerca da sexualidade.

É percebido inclusive que esse LD indica ao(à) professor(a) falar sobre a sexualidade dos bonobos (*Pan paniscus*), grupo de primatas com grande semelhança aos chimpanzés, que tem a relação sexual como uma forma de diminuir o estresse, como briga por alimento, não fazendo distinção com o sexo do(a) parceiro(a). Ou seja, o livro mostra uma contextualização e atualização de informações, faltando no livro uma explicação sobre a transexualidade.

Em Usberco et. al. (2018), é notado que há a discussão do assunto no livro, só que de forma exímia. Existe uma aba do livro que fala sobre o preconceito à diversidade sexual, porém não explicando como ocorre ou qual a composição dessa diversidade. O termo orientação sexual, aparece no mesmo ponto em que é discutido alvos de preconceito como classe, etnia e religião, porém seria mais didático se o termo estivesse complementando o termo diversidade sexual e que explicasse de forma mais clara quais são as orientações sexuais e/ou afetivas. Um destaque positivo no LD foi o fato de trazer em um tópico chamado “desafio”, em que é exposto um texto sobre a realidade das pessoas trans no capítulo destinado ao sistema genital, fazendo o aluno refletir e possibilitando ao professor o diálogo sobre o assunto. No entanto, o texto não se encontra dentro da leitura principal, mas como texto complementar.

Dentre todos os livros analisados, os que mais se destacaram positivamente foram o Araribá Mais: Ciências (2018), Catani e Killner (2018) e Lopes e Audino (2018). Todos eles explicam bem a diversidade sexual, explicando as dimensões da sexualidade humana e trazendo a questão das pessoas transexuais. Todos eles têm atividades acerca da temática, a diferença é que mesmo sendo muito didático o Araribá trata o assunto em um tópico extra, não estando dentro do texto principal, mas traz uma imagem altamente didática, como pode ser observada na figura 2.

Figura 2 – Explicação de aspectos da sexualidade humana.



Fonte: (ARARIBÁ MAIS: CIÊNCIAS, 2018, p.112).

No caso de Lopes e Audino (2018), sente-se falta de uma imagem para ilustrar o assunto. Percebe-se que foi bem resumido, mas conseguiu abranger a temática e propiciar o possível diálogo em sala. Por fim, quem trabalha o conteúdo dentro do texto, consegue ser sucinto em seu resumo, abrangendo todas as dimensões da sexualidade, trazendo atividade reflexiva e imagem ilustrativa é Catani e Killner (2018), sendo considerado o que melhor na abordagem do assunto dentre todos os analisados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se verifica a partir desse estudo, é que apesar das tentativas de minguar ou extinguir a discussão acerca da diversidade sexual do ser humano, com a retirada dos termos gênero e orientação sexual do PNE, o diálogo ainda é visto, mesmo que de forma tímida nos LDs, claro que tendo todo o respaldo de outros documentos bases da educação.

Esse temor na visualização do tema ainda como tabu é um dos fatores que contribuem para ainda haver violência sofrida pela comunidade LGBT, principalmente quando se nota que nem todos os livros abordam o assunto, falam sobre pessoas transexuais, ou nomeiam as orientações sexuais.

A divulgação científica acerca do tema tem que se fazer mais presente, principalmente nas escolas, onde se ocorre grande parte da construção de um ser mais crítico(a), reflexivo(a) e participativo(a). Dois livros abordam

em determinados capítulos a respeito da sexualidade humana, fazendo um papel muito importante na divulgação desse conhecimento que por muito foi visto como impróprio para a sociedade no meio acadêmico. São eles, *Tudo tem uma explicação* de Kennedy Ramos (2018) e *Darwin sem frescura* de Pirula e Reinaldo José Lopes (2019). Eles trazem estudos que comprovam que a homossexualidade é um fenômeno natural, presente em outros animais, sendo provavelmente ocasionada por um conjunto de fatores genéticos, epigenéticos, hormonais e ambientais.

Tais livros, não só podem como devem ser utilizados pelos professores, a fim de melhorar o diálogo sobre a temática em sala de aula, tendo um respaldo científico, desmistificando que a sexualidade seja uma escolha. Contribuindo assim para a mitigação da LGBTfobia, proporcionando um ambiente mais estável para essa comunidade.

Contudo, para minguar, ou sanar esse preconceito sofrido pela comunidade LGBT, tem-se que haver mais pesquisas e intervenção trazendo para as escolas o diálogo, uma formação mais proativa para os professores sobre os temas que envolvem a discussão da sexualidade humana e sua diversidade, para que esses não estejam exclusivos ao livro didático, mas que conquistem ampla dimensão ao nível da importância dessa discussão em sala de aula, como o intuito de propiciar um ambiente de estabilidade, de construção do saber, e não mais um lugar de opressão para esses(as) jovens e adolescentes que já costumam travar outras lutas em seu cotidiano.

Ao final de toda a análise literária, foi possível promover uma reflexão do tema e de sua importância para mitigação de casos de LGBTfobia e misoginia que ocorrem em várias esferas da sociedade, assim como na escola. Auxiliando em futuras análises de livros didáticos tendo um olhar mais crítico a esses temas na escolha do LD, tanto professores(as) atuantes, como futuros(as) professores(as), no intuito de sempre melhorar o processo de ensino aprendizagem, contribuindo para a formação de alunos(as)/cidadãos(ãs) mais críticos(as), reflexivos(as), conscientes e participativos(as).

REFERÊNCIAS

ACIOLI, W. B. M. **Lgbtfobia: análise da posição político-jurídico dos ministros do stf**. Anais IV DESFAZENDO GÊNERO... Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: <<http://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/64150>>. Acesso em: 05/03/2021 18:54

ALBUQUERQUE, P. P., WILLIAMS, L. C. A. **Homofobia na Escola: Relatos de Universitários sobre as Piores Experiências.** Trends in Psychology / Temas em Psicologia – 2015, Vol. 23, nº 3, 663-676 DOI: 10.9788/TP2015.3-11.

BANDEIRA, A.; STANGE, C. E. B.; SANTOS, J. M. T. **Uma Proposta de Critérios para Análise de Livros Didáticos de Ciências Naturais na Educação Básica.** III Simpósio Nacional de Ensino de Ciência e Tecnologia. Ponta Grossa – PR, 2012.

BANDEIRA, A.; VELOZO, E.; L. **Livro didático como artefato cultural: possibilidades e limites para as abordagens das relações de gênero e sexualidade no Ensino de Ciências.** Ciênc. Educ., Bauru, v. 25, n. 4, p. 1019-1033, 2019.

BRAGA, L.A.; MACHADO, T.P.; OLIVEIRA, L. **Entre o temor e a resistência: o demônio da boneca e o “viadinho” abusado.** Periódicus n. 9, v. 1 maio-out. 2018. p. 75-86. ISSN: 2358-0844.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB.** 9394/1996.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais**

da Educação Básica. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Guia de livros didáticos PNLD 2020: ciências.** Brasília, DF: Ministério da Educação, 2019.

_____. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: ciências naturais: terceiro e quarto ciclos.** Brasília: MEC/SEF, 1998b. 136 p.

_____. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual.** 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000b. 164 p.

CALIXTO, T. G. **Lgbtfofia no ambiente escolar: desafios da prática docente.** Anais III CONEDU. Campina Grande: Realize Editora, 2016. Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/21352>>. Acesso em: 05/03/2021 13:17

CANHETE, M. V. U. Os PCNs e as inovações nos livros didáticos de Ciências. Curitiba, 2011.

CARRARA, S. Educação, Diferença, Diversidade e Desigualdade. In: Gênero e Diversidade na Escola: Formação de Professores em Gênero, Orientação Sexual e Diversidade Étnico-Racial. Livro de Conteúdo, versão 2009. Rio de Janeiro: CEPESC, Brasília, SPM, 2009.

FRISON, M. D. et al. **Livro didático como instrumento de apoio para construção de propostas de ensino de ciências naturais. 2009.** Disponível em: <<http://posgrad.fae.ufmg.br/posgrad/viienpec/pdfs/425.pdf>>. Acesso em: 03 de novembro de 2018.

GOMES, J. C. S. et al. **Gênero, diversidade sexual e lgbtfofia na escola.** Anais IV CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2017. Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/37081>>. Acesso em: 05/03/2021

GONÇALVES, E.; PINTO, J. P.; BORGES, L. S. **Imagens que falam, silêncios que organizam:** sexualidade e marcas de homofobia em livros didáticos brasileiros. Currículo sem Fronteiras, v. 13, n. 2, p. 35-61, Jan./Abr. 2013.

MARTINS, J. G. B. A. et.al. **Enfrentamentos ao bullying homofóbico na escola:** convite para uma reflexão. Temporalidades – Revista de História, ISSN 1984-6150, Edição 32, v. 12, n. 1 (Jan./Abr. 2020).

MEDEIROS, E. S. **Necropolítica tropical em tempos pró-Bolsonaro: desafios contemporâneos de combate aos crimes de ódio LGBTfóbicos.** Reciiis – Rev Eletron Comun Inf Inov Saúde. 2019 abr.-jun.;13(2):287-300 | [www.reciis.icict.fiocruz.br] e-ISSN 1981-6278

MONACO, H. M. **Gênero e sexualidade no livro didático:** Conteúdos e abordagens do livro Sociologia em Movimento em contexto de disputas no âmbito

educacional brasileiro. 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF.

PETRONI, A. P. et al. **Autonomia de professores:** um estudo da perspectiva da psicologia. 2008.

PINO, A. M. O. **Diversidade sexual e educação:** uma relação de desafios e possibilidades. Revista periodicus – Natal: IFRN, 2017. ISSN: 2358-0844 n. 10, v. 1 nov.2018-abr. 2019 p. 373-401.

PIRULA; LOPES, R. J. **Darwin sem frescura:** Como a ciência evolutiva ajuda a explicar algumas polêmicas da atualidade. HarperCollins Brasil, 2019.

PRADO, M.A.M.; VALÉRIO, J.B.D. **Dinâmica do preconceito por gênero e sexualidades no cotidiano escolar: os limites da democracia liberal.** Revista periodicus. ISSN: 2358-0844 n. 10, v. 1 nov.2018-abr. 2019 p. 373-401.

PRETES, É. A.; VIANNA, T. **História da criminalização da homossexualidade no Brasil:** da sodomia ao homossexualismo. Iniciação científica: destaques, v. 1, p. 313-392, 2007.

RAMOS, K. **Tudo tem uma explicação:** a biologia por trás de tudo aquilo que você nunca imaginou. São Paulo: Planeta, 2018.

RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria da Educação e da Cultura. **Documento curricular do Rio Grande do Norte:** ensino fundamental [recurso eletrônico] – Natal: Offset, 2018.

RIOS, R. R.; SANTOS, Wederson Rufino dos. **Diversidade Sexual, Educação e Sociedade:** reflexões a partir do Programa Nacional do Livro Didático. Psicologia política. Vol. 8. Nº 16. Pp. 325 - 344. Jul - dez 2008.

ROSA, C. P.; RIBAS, L. C.; BARAZZUTTI, M. **Análise de Livros Didáticos.** III Escola de Inverno de Educação de Matemática. 2012.

SANTOS, É. S.; LAGE, A. C. **Lgbtfobia na escola: implicações da gestão escolar.** revista fórum identidades - Itabaiana-SE, Universidade Federal de Sergipe, v. 26, p. 95-108, jan.-abr. de 2018.

SILVA, G. F. **Educação sexual na formação inicial:** um olhar sobre a Licenciatura em Biologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Monografia (Licenciatura em Biologia) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Macau, p. 35. 2019.

SILVA, J. C. C.; OLIVEIRA, R. L.; LIMA FILHO, P. A. **Livros didáticos de biologia no ensino médio:** análise do conteúdo manguezal. In: FERREIRA, Gabriella Rossetti. Educação: Políticas, Estrutura e Organização 8. Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.

SOUZA, L. C. **Gênero e sexualidade na formação de docentes em Biologia.** Monografia (Ciências Sociais) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, p. 58. 2008.

SOUZA, S. L.; COAN, C. M. **Abordagem da sexualidade humana em livros didáticos de biologia.** Anais do III Simpósio Internacional de Educação Sexual. Maringá, 2013.

VASCONCELOS, S. D. & SOUTO, S. **O livro didático de ciências no ensino fundamental** – Proposta de critérios para análise de conteúdo zoológico. Ciência & Educação, v. 9, n. 1, p. 93-104, 2003.

YANO, D. C. **O silenciamento das vozes críticas no livro didático.** 145f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2005.